

## CONFERÊNCIAS E DISCURSOS

0.

341.25

### A década do desenvolvimento\*.

*U Thant*

Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

Considero-me privilegiado por ter sido convidado a fazer uma palestra na Universidade de São Paulo, e sei, perfeitamente, que as arcadas desta sua Faculdade de Direito — a mais antiga instituição de ensino superior do Brasil — abrigam tradições e recordações, não apenas de tantos jurisconsultos e advogados eminentes dêste país, como também de muito de vossos estadistas e humanistas. Também me dou conta de que, ao falar na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, estarei, de certo modo, falando, não só a tôdas as Universidades do país, mas a todos os países da América Latina. Pois, entre o Brasil e as outras dezenove repúblicas irmãs, existe, de há muito, uma comunhão de ideais e de valores humanos que se enquadra nos melhores conceitos de cooperação internacional.

Nos últimos dois dias estive no Rio de Janeiro e em Brasília. Não foi muito, para um país tão extenso e variado como o vosso, onde, até mesmo na era do jato, se necessitam semanas e meses, e não dias, para visitar tôdas as principais regiões e cidades. Entretanto, estas duas cidades deram-me a conhecer um aspecto da personalidade brasileira — a preocupação com valores estéticos. A graça e a beleza envolventes do Rio, o arrebatamento jovem e

---

\* Conferência proferida no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no dia 8 de agosto de 1962.

impetuoso de Brasília, têm também o seu aspecto prático e funcional, pois servem para demonstrar que o homem não tem, necessariamente, de viver em cidades oprimidas pela feiura, que muitos pensam ser característica inseparável das grandes concentrações urbanas.

Venho agora a São Paulo, que, segundo me informam, representa uma outra faceta da personalidade brasileira — a ânsia pelo progresso organizado, a decisão de fazer o país marchar passo a passo com a segunda metade do século vinte. Sei que em milhares de fábricas e usinas desta metrópole, encontram-se exemplos os mais modernos da tecnologia atual e que São Paulo não é apenas a cidade que mais cresce no mundo, mas é também o coração de uma das maiores concentrações de poder industrial do mundo. E, apesar de tudo isso, fui convidado a falar perante a Universidade desta cidade. Isto demonstra que, em seu afã de industrializar-se, ela não esqueceu os valores culturais duradouros, sem os quais, nenhuma nação poderá fazer contribuições válidas para o progresso da humanidade. Estou ciente de que, aqui nesta Faculdade de Direito, assentaram-se, desde há muito, os alicerces jurídicos para as notáveis realizações de vosso país em prol da harmonia internacional. Posso citar o conceito jurídico da arbitragem com que o Brasil solucionou as suas pendências fronteiriças com países vizinhos, e que continua a ser uma das linhas centrais da política externa brasileira.

Sei, naturalmente, que a beleza marcante do Rio de Janeiro, a arquitetura audaciosa de Brasília, ou a pujança e força de São Paulo não representam tôda a realidade brasileira. Sei que há áreas subdesenvolvidas, de verdadeira carência e que atualmente um grande esforço nacional e governamental concentra-se na solução de problemas econômicos e sociais básicos em regiões como o Nordeste. Sei também que problemas de pobreza, insalubridade e analfabetismo não afetam apenas tais regiões, mas que, às vêzes são encontrados nas vizinhanças das mais belas e modernas cidades do país. Todos êsses problemas

nós os conhecemos nas Nações Unidas. Na realidade, poder-se-ia mesmo dizer que no Brasil se encontram em síntese, todos os problemas de desenvolvimento com que se deparam a ONU e sua família de agências especializadas. Vosso país e vossa cidade constituem, portanto, um ambiente apropriado para falarmos sôbre a Década de desenvolvimento das Nações Unidas.

O progresso rápido feito pelos territórios dependentes em direção de sua independência, principalmente nos últimos vinte anos, emprestou um sentido de urgência à tarefa de preencher a lacuna que se estabelece entre a obtenção das liberdades políticas e a melhoria dos padrões de vida. Assim como os países do Continente Americano lutaram galhardamente pela sua independência em fins do século dezoito e no início do século dezenove, nós presenciemos nos últimos anos a libertação de países asiáticos e africanos da dominação colonialista. Embora, fundamentalmente, o impulso libertador em ambos os casos tenha sido o mesmo — a aspiração do povo pela liberdade — a época e as circunstâncias foram diferentes. No caso dos países asiáticos e africanos não é possível ignorar o papel desempenhado em nossos dias pela comunidade internacional representada pelas Nações Unidas e o apoio que essas nações nascentes encontraram na organização mundial para suas legítimas aspirações políticas e econômicas.

Em 1945, quando foi fundada a Organização das Nações Unidas, havia 51 estados membros; em 1955 havia 76; em 1961, 104. Até o fim dêste ano, talvez mais 6 países venham a ser incluídos. Trata-se de um aumento notável, que nada mais é senão o reflexo das mudanças ocorridas no mundo.

Embora todos tenham se regozijado ao ver os novos países independentes ocupando o lugar que lhes cabe entre as nações soberanas do mundo e participando em pé de igualdade em suas deliberações, alguns setôres manifestaram-se preocupados com o aparecimento dentro das Nações Unidas de uma inesperada maioria de nações, freqüente-

mente demasiado novas, demasiado pobres, demasiado pequenas, ou mal preparadas para contar com a necessária estabilidade, experiência e homens qualificados, para desempenharem o papel que lhes toca nas Nações Unidas, conforme a atual Carta da Organização.

Encarar o fenômeno histórico do repentino aparecimento das novas nações asiáticas e africanas sob o prisma de uma perspectiva política estreita, assim como fizeram muitos, quando os países da América se tornaram independentes, pode produzir uma visão distorcida do que está acontecendo no mundo de hoje. Igualmente errado é focalizar o problema do ponto de vista do impacto que a inclusão dessas nações possa ter no funcionamento dos diversos órgãos das Nações Unidas.

As causas fundamentais e profundas dessa sucessão de acontecimentos que levaram regiões dependentes durante séculos, a se transformarem em nações, ainda não foram convenientemente estudadas. Isto será assunto para historiadores, sociólogos, economistas e filósofos ainda por muito tempo. Entretanto, o que mais importa do ponto de vista de governos e daqueles que moldam o presente e planejam o futuro, é compreender o efeito que terá sobre o mundo o aparecimento dos novos países, todos engrossando as fileiras das nações em vias de desenvolvimento. Não no que se refere à contagem de votos nas Nações Unidas, mas em termos da libertação de forças que até aqui quase nenhum efeito produziam nas relações internacionais. Isto afetará a perspectiva cultural e filosófica da humanidade. Alterará consideravelmente o quadro econômico do mundo em termos de produção, intercâmbio, crescimento econômico e padrões para o desenvolvimento. Constituirá — e com efeito já constitui hoje — um repto imenso, que ao mesmo tempo oferece possibilidades fascinantes de solução.

O surgimento repentino de um grande número de nações soberanas, conscientes das desigualdades da distribuição das riquezas e do poder em todo o mundo, ansiosas

por progredir internamente e desempenhar um papel ativo internacionalmente, já se faz sentir, e deu início a um período de ajustamento que, possivelmente, causará muitas dificuldades mas que poderá resultar, a longo prazo, num melhor equilíbrio mundial.

Quão longo, difícil, ou até mesmo violento será êsse ajustamento? As Nações Unidas terão alguma contribuição e fazer nêsse sentido, creio eu. Enquanto que no passado países novos encontravam grande dificuldade em estabelecer contacto com o resto do mundo, em se fazer ouvir, em apresentar as queixas, ou em resolver suas dificuldades, as Nações Unidas e outras organizações internacionais hoje oferecem oportunidades extraordinárias para os contactos multi-laterais, que poderão ajudar a canalizar essas novas fôrças recém liberadas para empreendimentos pacíficos e construtivos de desenvolvimento político, assim como para melhor planejamento e progresso no domínio econômico e social.

Também é útil recordar que ao mesmo tempo em que o mundo se acostuma a façanhas e avanços quase diários no campo da ciência; que aumenta cada vêz mais rapidamente a capacidade tecnológica do homem para subjugar e transformar o meio ambiente, o aparecimento de duas tendências antagonicas surge como um estranho paradoxo. Por um lado, os meios modernos de transporte e comunicação e os requisitos complexos da atual organização econômica criaram laços de inter-dependência entre todos os povos; por outro lado a diferença entre as nações ricas e pobres entre as que usufruem das vantagens cada vêz maiores do enriquecimento produzido pelo progresso tecnológico e aquelas cuja situação de carência tornou-se relativamente mais aguda, tende a aumentar cada vez mais.

Diante dêsse contraste entre a tendência para as relações internacionais cada vez mais estreitas, enquanto os padrões de vida cada vez mais se distanciam, os princípios da Carta das Nações Unidas parecem particularmente importantes para nossos dias. Pois, a Carta não é apenas

um primeiro passo em direção a uma comunidade internacional organizada mas representa também um compromisso claro por parte dos membros da Organização para elevarem padrões de vida e proporcionarem condições de progresso econômico e social. Mais significativo ainda é o fato de os estados membros terem se comprometido a agir, junta e separadamente, para a realização desses propósitos. Desde o início houve, portanto, um entendimento claro de que ao tentar estabelecer um mecanismo internacional para a solução de conflitos políticos, seria necessário um esforço paralelo visando eliminar as patentes disparidades econômicas entre as nações.

Quase que desde os primeiros dias do funcionamento das Nações Unidas e suas agências especializadas, logo após a Segunda Guerra Mundial, já se delineavam esforços, em escala modesta, no sentido de ajudar a melhorar os padrões de vida de dois terços da humanidade que viviam na penúria. Estes esforços, freqüentemente isolados, ganharam novo impulso em 1949, quando foi lançado o Programa Ampliado de Assistência Técnica das Nações Unidas e, nove anos mais tarde — em 1959 — uma lacuna vital foi preenchida ao serem introduzidos os planos de pré-investimento para desenvolvimento pelo Fundo Especial da ONU.

Muito já se fez em consequência desses programas, e de outros de caráter bi-lateral, nos quais, aliás, se investiram somas bem maiores. Entretanto, é fácil perceber que o ritmo de desenvolvimento está muito longe de satisfazer às necessidades atuais, além das novas esperanças dos países que surgem. Se essas esperanças vierem a sofrer decepção, daí poderá decorrer a fisionomia política e social do futuro. A meu ver, a atual divisão do mundo entre países ricos e pobres é muito mais real e séria, e finalmente, muito mais explosiva, do que a divisão do mundo em campos ideológicos. Para enfrentar o repto, a ONU, em cooperação com suas agências especializadas, chamou a atual década, a Década de Desenvolvimento das Nações Unidas — um esforço em escala universal para mobilizar e conca-

tenar a experiência e os recursos de tôda a humanidade para um ataque sistemático aos problemas da pobreza, doença, fome e analfabetismo, que são tão velhos quanto a própria humanidade.

Os métodos a serem empregados não são novos; trata-se mais de uma intensificação e reorientação de esforços já em andamento — um programa de cooperação ao qual todos os governos membros deram seu endosso e para o qual cada uma das agências especializadas das Nações Unidas prometeu apoio entusiástico.

O principal objetivo econômico da Década é criar condições para que a renda nacional dos países em desenvolvimento esteja crescendo à razão de 5% ao ano até 1970, e que continue a aumentar, anualmente, na mesma proporção, dessa data em diante. Em face do atual ritmo de aumento populacional, que se faz à razão de 2 a 2-1/2% anuais, ao ser atingido este objetivo, os padrões de vida desses povos deverão melhorar cem por cento, dentro de 25 a 30 anos.

Este aumento de riqueza nacional das nações mais pobres pode não parecer muito importante por si só. No entanto, equivale ao dôbro do atual ritmo de crescimento e poderá representar o fator decisivo entre uma economia que avança, ou uma economia estagnada ou em retrocesso. Poderá também representar o fator decisivo entre a ordem ou o caos, entre a esperança ou desespero para milhões de seres humanos cujas rendas anuais são, na maioria dos casos, inferiores a 100 dólares.

Entretanto, seja qual for a finalidade e o montante do auxílio provindo do exterior, o progresso econômico e social depende da iniciativa do próprio povo. Cada país deverá estudar seus próprios objetivos, suas condições e seu potencial de desenvolvimento, preferivelmente dentro de um plano geral de desenvolvimento. Auxílio não pode ser distribuído a quem o recebe de modo passivo. Os países em desenvolvimento podem contar com doações, empréstimos e serviços de assessoria mas a criatividade, iniciativa

é vontade de trabalhar não podem ser tomadas por empréstimo.

É por isso que a Década de Desenvolvimento está dando tanta importância à mobilização de recursos humanos, como uma das condições para alcançarmos nossos objetivos. A existência de talentos não aproveitados constitui o maior desperdício da atualidade e a principal esperança dos países em desenvolvimento. Deve-se dar, portanto, a máxima prioridade aos programas educacionais nos países em desenvolvimento para que se criem, não apenas novas técnicas e especializações, mas, igualmente, uma mentalidade receptiva entre os jovens e uma capacidade de absorver e assimilar novos processos.

As Nações Unidas, em seu papel duplo de fórum de debate e de agência promotora de desenvolvimento econômico, assumirá responsabilidades ainda maiores do que as que vêm assumindo até agora para auxiliar os governos a determinarem o acerto de seus planos nacionais de desenvolvimento, que são o cerne dum esforço em escala mundial. Torna-se cada vez mais evidente que uma ação de âmbito mundial se faz necessária para pôr um paradeiro à tendência desfavorável dos mercados mundiais de produtos primários. No que se refere ao comércio internacional, a América Latina, a exemplo da Europa, encaminha-se cada vez mais para o estabelecimento de uma zona de comércio livre, demonstrando tomar conhecimento da necessidade de soluções ousadas e criativas para aumentar o intercâmbio de produtos industriais e, gradativamente, criar um mercado para os produtos latino-americanos no exterior. Esta ênfase dada à mobilização dos recursos humanos deve incluir, igualmente, uma utilização mais eficiente de mão de obra existente, proporcionando-lhes trabalho produtivo em níveis mais altos; melhorando a qualidade da mão de obra por meio de programas educativos e vocacionais; e conseguindo do público apoio a programas de desenvolvimento nacional e a participação nesses programas das forças vivas do país.

Uma das principais tarefas da Década de Desenvolvimento será satisfazer à crescente demanda de alimentos (calcula-se que aumenta à razão de 4% ao ano) de uma população em expansão, e ao mesmo tempo proporcionar uma nutrição melhor e mais equilibrada. A Organização de Agricultura e Alimentação (FAO) está se concentrando na solução dêste problema por meio de sua campanha intitulada “Libertação da Fome” (Freedom from Hunger). Existe uma demanda que ainda não foi satisfeita, para que se intensifiquem a descoberta e a exploração de novos produtos naturais; a produção manufatureira dos países em desenvolvimento precisa aumentar, no mínimo, 130 por cento, para que a renda pessoal de seus habitantes possa vir a aumentar à razão de 5 por cento ao ano. Na América Latina, na Ásia e na África, de 19 a 24 milhões de habitações teriam de ser construídas, anualmente, durante a Década, para que a atual falta de moradia seja eliminada, para dar abrigo ao aumento populacional e para compensar o obsolescimento das casas existentes; e as autoridades mundiais de saúde recomendaram a adoção de planos decenais de saúde pública, para elevar os padrões de saúde, preparar profissionais e ampliar os serviços de saúde pública.

Uma das características do nosso mundo atual é o progresso vertiginoso da tecnologia, que, de um modo ou de outro, nos afetará a todos. O homem está conquistando o espaço, controlando o átomo, estabelecendo comunicações intercontinentais instantâneas pela televisão. No ano que vem se tentará transmitir uma parte dêstes conhecimentos, e dêsse modo acelerar o ritmo de desenvolvimento científico e tecnológico dos países menos privilegiados, quando se realizar a Conferência das Nações Unidas para a Aplicação da Ciência e da Tecnologia em Benefício das Regiões Menos Desenvolvidas, da qual um dos vossos eminentes patricios, o Professor CARLOS CHAGAS, é o Secretário-Geral.

O papel importante da industrialização na criação de novas oportunidades de emprêgo e na elevação dos níveis

de renda e dos padrões de consumo nos países em desenvolvimento tem recebido maior atenção.

Nos debates das Nações Unidas o Brasil tem sido um dos países que, de modo mais constante e sistemático, insiste na necessidade de se devotar maior atenção ao setor da industrialização.

Resoluções recentemente tomadas pela Assembléia Geral e pelo Conselho Econômico e Social têm se referido à necessidade de aumentar os esforços da Organização no setor do desenvolvimento industrial, dedicando uma parcela maior dos recursos da ONU para essa finalidade. A nomeação de uma personalidade latino-americana para o cargo de Comissário para Desenvolvimento Industrial e o estabelecimento de um Centro de Desenvolvimento Industrial nas Nações Unidas destinam-se a coordenar o trabalho realizado por diferentes órgãos da ONU neste setor e para intensificar o desenvolvimento industrial por intermédio de um vigoroso programa de assistência para os países em desenvolvimento.

Se é certo que atravessamos uma revolução tecnológica, não deveríamos então estabelecer metas, em termos de desenvolvimento econômico, que se equiparem a tais avanços científicos? Pela primeira vez na história contamos com os recursos necessários para a realização dos nossos planos mais audaciosos. A verdade sobre as economias dos países desenvolvidos de hoje é que eles podem obter todos os recursos que decidirem ter. As despesas com os programas de defesa podem consumir 120 bilhões de dólares por ano, mas ao mesmo tempo as economias desenvolvidas nunca tiveram padrões de vida tão altos e continuam, confiantemente, a aumentar êsses padrões, à razão de 2 e 3 por cento anuais. E mesmo depois de gastar tôda aquela fortuna em armamentos ainda sobra mão de obra, há ainda capacidade de produção não utilizada, excedentes de alimentos e enormes estoques de metais.

Cito êstes dados para salientar o fato de que a abundância e não a escassez é a característica das economias avançadas de hoje.

Os meios já não são, portanto, um fator limitativo; o único impedimento reside em querer, ou não, utilizar os nossos vários recursos para o crescimento. Encontra-se ao alcance do homem moderno a possibilidade de controlar e eliminar extensas áreas de pobreza, num mundo de abundância. Capital para investimentos existe, e se aplicado, e bem aplicado, êle se multiplicará; progressos científicos e novas técnicas também existem à espera de que sejam utilizados para a solução de problemas negligenciados. Os recursos naturais e o potencial humano aí estão, esperando apenas que sejam descobertos e postos a produzir.

As Nações Unidas estão desempenhando e continuam a desempenhar um papel importante no que se poderia chamar de fase preliminar ao desenvolvimento — uma fase ainda não muito dispendiosa em termos de capital. A meta estabelecida pela Assembléia Geral, para tôdas as atividades de assistência técnica das Nações Unidas, é de 150 milhões de dólares anuais, e eu espero que esta verba possa ser aumentada pelo menos em 25 milhões de dólares anuais, para que alcance o total de 300 milhões de dólares em 1970.

Na escolha dos programas aos quais ela prestará assistência, a ONU tem a vantagem de não ser movida por interesses políticos, militares ou mercantis. Os países beneficiados sabem bem disto, e sabem também que, qualquer sugestão feita por nós para a administração de um dado programa, é feita, exclusivamente, com a finalidade de que êsse programa seja bem sucedido. Outra vantagem é que, tanto nações pobres como ricas são membros das Nações Unidas, e, geralmente, concordam em que todos devem trabalhar juntos em pról da meta comum de uma economia mundial em rápido desenvolvimento.

Permiti-me agora referir-me à vossa região, à América Latina. Os países da América Latina, com a sua longa e sólida tradição de cooperação internacional, têm participado de vários modos na criação de novas formas de cooperação internacional. Nesta ocasião quero limitar minhas observações aos esforços conjuntamente realizados pelas nações latino-americanas no trabalho da Comissão Econômica para a América Latina. O trabalho da CEPAL, como é conhecida a comissão neste continente, constitui um bom exemplo desta espécie de atividade pioneira que resultou no estabelecimento de uma série de princípios e fórmulas práticas para promover o desenvolvimento econômico dos países da região e a elevação dos padrões de vida de seus povos.

Não quero dar a impressão de que a tarefa já foi cumprida. Longe disso; depois de semear novas idéias durante anos, de criar novas técnicas e de calcular o trabalho a ser feito, tanto no âmbito nacional como no internacional, estamos, talvez, apenas no limiar de uma campanha em larga escala para solucionar o problema do desenvolvimento. Desejo, porém, salientar os relevantes esforços realizados no setor internacional e as realizações resultantes nos anos que precederam a atual Década de Desenvolvimento.

Trabalhando numa região dotada de grandes recursos, mas onde o curso da história retardou o desenvolvimento econômico, a CEPAL repetidamente salientou a necessidade que tinha a América Latina de acelerar, vigorosamente, o processo de seu crescimento econômico interno, o qual estava se tornando, rapidamente, um problema social urgente, devido ao crescimento demográfico da região. Enquanto que no início do século a população da América Latina era de 60 milhões, atingiu agora, aproximadamente, 200 milhões, ultrapassando a população conjunta do Canadá e dos Estados Unidos. Segundo previsões demográficas, ultrapas-

sará tanto a África como a URSS dentro de aproximadamente 15 anos, e a Europa em fins do século XX.

Os problemas criados pelo crescimento rápido da população foram ainda mais agravados pelo contínuo aviltamento do seu comércio com os centros industriais do mundo. Dêsse modo, enquanto subiram os preços de um número cada vez maior de produtos manufaturados essenciais, tais como máquinas e equipamentos, obrigatoriamente importados pela América Latina, tanto os preços como a demanda para alguns dos seus principais produtos de exportação diminuíram nos mercados internacionais. As perdas resultantes em seu comércio de exportação redundaram numa deficiência crônica da capacidade de importar da região, um elemento crucial para a estabilidade econômica e para o desenvolvimento. E isto veio novamente pôr em destaque a necessidade de se substituírem certos tipos de importações e de se iniciar e expandir a produção interna.

Sempre se salientou nas deliberações das Nações Unidas que não existe uma única “fórmula mágica” para solucionar rápida, simultânea, e completamente todos os diferentes, mas ao mesmo tempo relacionados, problemas econômicos e sociais de regiões em vias de desenvolvimento como a América Latina. O influxo de capital estrangeiro por si só, mesmo quando disponível em quantidade suficiente, não poderia solucionar algumas das deficiências estruturais profundamente arraigadas na região, que continuam a perturbar e retardar o seu progresso econômico. Mas, ao mesmo tempo cresce a consciência de que os problemas econômicos fundamentais da região só podem encontrar uma solução verdadeiramente adequada, se todos os países da América Latina os enfrentarem juntos, por meio de práticas e programas de desenvolvimento econômico bem concebidos, coordenados e eficientemente executados. Tais programas contribuíram para mobilizar os seus recursos e utilizar produtivamente as suas forças vitais.

Além de seus esforços para estimular e auxiliar o planejamento econômico, a CEPAL, como instrumento dos governos latino-americanos dentro da organização mundial, foi a ponta de lança das atividades em âmbito regional para que fôsem estabelecidas instituições multi-nacionais, a fim de enfrentar uma série de problemas de desenvolvimento — principalmente os que se referem ao comércio e aos requisitos mais amplos de mercado para a indústria moderna — os quais não podem ser solucionados pela ação isolada de cada um dos países.

Algumas semanas atrás surgiu o Instituto de Desenvolvimento Econômico Latino-Americano. E no mês passado, depois de quase 10 anos de esforços coordenados por parte dos governos interessados, completou-se a assinatura do Tratado de Integração Econômica Centro-Americana, com a adesão formal da Costa Rica. Dessa maneira, todos os países da América Central passarão agora a trabalhar juntos para conseguirem uma utilização mais eficiente dos seus recursos, graças a um programa destinado a estabelecer um mercado comum dentro de um certo número de anos, um desenvolvimento industrial coordenado na região e uma coordenação dos setores agrícolas e de outros setores básicos de suas economias.

Com a criação da Zona de Comércio Livre Latino-Americana foi dado o primeiro passo para o possível estabelecimento de um mercado comum na região. Esse agrupamento comercial multi-lateral, ao qual aderiram nove países, já inclui a maior parte do território e da população da América Latina. Um passo importante dessa natureza constitui também mais uma expressão da consciência de que o desenvolvimento econômico impõe vários problemas, cuja solução exige ação coletiva.

É bem claro que foi posto em andamento um processo de cooperação de âmbito regional, cujas forças apenas começam a desenvolver-se. É de esperar-se que, futuramente, essas forças abrirão novos caminhos para uma

cooperação mais eficaz no campo do desenvolvimento econômico e social. Cooperação, não apenas em escala regional, pois isso seria tão pouco satisfatório para a solução de problemas que transcendem limites regionais, como a escala nacional o é para problemas regionais — mas numa escala tão ampla, que levaria o verdadeiro e equilibrado sistema econômico para o mundo inteiro.

Dentro das Nações Unidas todo país membro pode exercer sua influência visando um esforço mais persistente e substancial contra o problema do subdesenvolvimento. A coordenação de idéias para o solucionamento dos problemas de amanhã pode prestar um grande serviço aos governos nacionais, que muito freqüentemente se vêm assoberbados pelo volume de suas preocupações quotidianas. As Nações Unidas com suas ramificações regionais, parece-me destinada a proporcionar centros para estudo, onde podem se formar os hábitos de cooperação internacional e uma nova disciplina internacional consentida.

Segundo tudo indica, parece que a grande revolução de nossos dias — a transformação dos dois têtços mais pobres da humanidade — poderá, finalmente, ser realizada, em grande parte, com o auxílio das agências da ONU. Felizmente, há anos que a Organização das Nações Unidas se encontra preparada para conceder auxílio eficazmente. O Conselho Econômico e Social e a Assembléia Geral debatem a matéria na qualidade de órgãos deliberativos, e a execução se encontra em mãos de peritos que trabalham de maneira absolutamente objetiva, sem qualquer interferência da política e sem impôr qualquer “condição”.

Desde os princípios da história, as condições econômicas e sociais da humanidade vêm se transformando em ritmo cada vez mais acelerado. A aceleração se tornou tão rápida agora, que mais mudanças ocorrem no período de uma vida humana do que em vários séculos, anteriormente. Esta corrida não pode ser vencida pela ação de

governos apenas. Ela só poderá ser vencida com a participação ativa de milhões de indivíduos capazes de compreender a linguagem do presente. A educação tem um papel importante a desempenhar neste sentido — e a educação não estará à altura da tarefa que lhe cabe, se não estivermos dispostos a abandonar costumes e tradições antigas que não mais satisfazem às necessidades da segunda metade do Século XX.